

Educação, militância católica e Filosofia no Brasil

*Daniela Maria Ferreira**

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão sobre a relação entre educação, militância política católica e Filosofia no Brasil. Trata-se de pensar como a passagem pelo militantismo político em movimentos de juventude católica (*Juventude Universitária Católica* e *Juventude Estudantil Católica*) se constituiu em um locus de socialização importante para os mentores dos primeiros dispositivos que contribuíram para a institucionalização da produção filosófica universitária no Brasil. O material empírico coletado para análise foi composto de entrevistas semi-estruturadas com 17 filósofos, observações etnográficas, depoimentos publicados, além de informações coletadas na base de dados institucionais (*Plataforma Lattes, CNPq*).

Palavras-chave: Filosofia no Brasil; militância política católica; filósofos brasileiros; institucionalização da Filosofia no Brasil; militância política e Filosofia no Brasil.

Education, catholic militancy and philosophy in Brazil

Abstract: This article proposes a reflection on the relations between education, catholic political militancy and philosophy in Brazil. It examines how the experience of political militancy in youngsters' catholic movements (*Juventude Universitária Católica* and *Juventude Estudantil Católica*) was constituted as an important socialization locus to the mentors of the for the first actions of the institutionalization of the university philosophical production in Brazil. The empiric material collected for analysis consisted of semi-structured interviews with 17 philosophers, ethnographic notes, and published testimonies, besides the information collected from the institutional data basis (*Plataforma Lattes, CNPq*).

Key words: philosophy in Brazil; catholic political militancy; Brazilian philosophers; the institutionalization of philosophy in Brazil; political militancy.

Introdução

Ao contrário da França e da Alemanha, no Brasil, a Filosofia enquanto disciplina autônoma, isto é, com espaços específicos de difusão e produção e composta por um conjunto de regras, de métodos e por um corpo de professores especializados na transmissão dos conteúdos, só se firmou no país nos últimos

* Professora do Departamento de Psicologia e Orientação Educacional (DPOE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. dmffr@yahoo.fr

30 anos, em particular, no final da década de 1970 (Nobre; Rego, 1999; Ferreira, 2001).

Até então, a Filosofia praticada e lecionada no Brasil, embora presente na grade curricular nos cursos universitários espalhados pelo país, objetivava uma formação profissionalizante, ou seja, formar professores para o ensino secundário, e não uma formação filosófica baseada na pesquisa (Paim, 1984). Isso possibilitou o surgimento de uma reflexão filosófica mais autônoma em relação às demais disciplinas universitárias (Ferreira, 2001).

Foi somente a partir da década de 1970 e durante toda a década de 1980, com o investimento do Estado na formação de recursos humanos, na implantação da Pós-Graduação e na ordenação do sistema de financiamento à pesquisa, que a produção filosófica universitária se firmou no país; foi a partir daí que surgiram as primeiras publicações de revistas especializadas, as associações e os grupos de estudos controlados pelos próprios professores de Filosofia (Ferreira, 2007).

Por outro lado, se as políticas de Ciência e Tecnologia implementadas pelo Estado conferiram importância decisiva para a consolidação de espaços de discussões autônomos para produção filosófica no país, bem como a sua profissionalização, é importante lembrar que a constituição desses dispositivos dependeu, em grande parte, dos recursos sociais mobilizados pelos filósofos mentores desse processo. Nessa perspectiva, a formação de um lugar de difusão e de consagração do conhecimento filosófico universitário brasileiro pode ser visto como resultado de um encontro entre a conjuntura política das décadas de 1970 e 1980, período marcado pela reorganização do sistema de ensino superior e pelo processo de redemocratização do país, e as propriedades sociais utilizadas por um conjunto de filósofos. Chama atenção, em especial, e esse é o objeto central deste artigo, a incorporação de determinados recursos sociais durante a passagem pelo militantismo político de esquerda católica dos filósofos: seja nos movimentos de juventude católica, como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC), seja em partidos políticos de origem católica, como a Ação Popular (AP). Assim, este artigo está pautado numa reflexão acerca das especificidades da socialização e da formação dos filósofos durante suas atuações políticas, levando em consideração tanto as condições objetivas dessa militância quanto as disposições subjetivas e sua relação com a produção filosófica universitária no Brasil.

O material utilizado para pensar essa socialização e sua relação com a criação, por exemplo, da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF), criada em 1975, e a Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), fundada em 1983, bem como os programas de pós-graduação em Filosofia e as revistas especializadas na área, foi composto por: (1) informações

extraídas da literatura sobre a Filosofia no Brasil, (2) entrevistas semi-estruturadas com um total de 25 professores de Filosofia, (3) observações de colóquios, (4) depoimentos sobre a formação social e intelectual dos filósofos, publicados em revistas e em memoriais acadêmicos e (5) banco de dados de instituições especializadas (Plataforma Lattes do CNPq e páginas de universidades).

Recursos familiares e militância política católica

Para compreender de que modo se deu o processo de socialização dos filósofos nos movimentos de juventude católica é preciso explicitar as características sociais dos agentes recrutados pelos principais assistentes intelectuais, os religiosos da Ordem de São Domingos e da Companhia de Jesus, para a formação do seu laicato.

Sendo assim, chama atenção o elevado volume de capital cultural e financeiro familiar dos filósofos cooptados pelos religiosos. A gestão desses dois capitais permite esclarecer não apenas o tipo de vínculo dos filósofos com a Igreja Católica, mas, sobretudo, os diferentes graus de envolvimento que eles mantiveram com os movimentos políticos em que atuaram (JEC, JUC e AP): da organização de manifestações, passando pela formação política e intelectual de militantes, até a redação de manifestos. Assim, com exceção de dois filósofos (dos 17 entrevistados) que estabeleceram contato com a militância política por meio de seminário religioso, praticamente toda a população estudada que passou pelos movimentos de esquerda católica foi recrutada nas escolas públicas e privadas de elite onde estudavam. Oriundos de famílias extremamente católicas, esses filósofos — filhos e sobrinhos de juristas, profissionais liberais, religiosos e, portanto, detentores de diplomas secundários ou universitários — contaram com o conhecimento e com a situação econômica de seus provedores para ingressar nessas escolas, locais privilegiados de atuação dos movimentos especializados da Ação Católica Brasileira¹ (JEC e JUC). Além dos grandes colégios públicos, como o antigo Ginásio Estadual de Belo Horizonte² — onde estudou grande parte dos entrevistados, entre eles um dos grandes líderes da JUC, Herbert José de Souza, o Betinho (Ridenti, 2002, p.213-282) —, os movimentos especializados da Ação Católica estendiam-se também a colégios privados de classe média, como o Colégio Marconi, onde estudou o irmão de Betinho, Henfil, colega de classe de Hugo César Tavares e Walter Evangelista,

-
1. A Ação Católica Brasileira foi um movimento criado em 1916, mas somente institucionalizado em 1934, por Dom Leme. Este tinha por objetivo fundamental uma espécie de “re Cristianização” da sociedade. Entre seus movimentos especializados destacam-se: a JEC, a JUC e a JOC.
 2. Colégio conhecido pela formação de intelectuais e políticos nacionais importantes, como o Ministro da Educação Gustavo Capanema e o poeta Carlos Drummond de Andrade.

ambos professores da UFMG, membros fundadores da SEAF e, posteriormente, da ANPOF.

Esse mesmo fato foi observado por Marcelo Ridenti, em sua pesquisa sobre a base social dos partidos políticos de esquerda das décadas de 1950 e 1960. Ao estabelecer uma morfologia social dos membros dos partidos de esquerda, partidos que fincavam suas bases no movimento de juventude católica, Ridenti afirma que apenas 4,2% eram filhos de lavradores e 13,7% de trabalhadores manuais urbanos. Esses números reiteram as evidências de que os espaços nos quais os religiosos à frente da Ação Católica atuavam eram predominantemente oriundos de uma classe média escolarizada, destinada aos estudos universitários, conforme se pode observar com a população estudada (Ridenti, 1993).

O relato de Hugo César da Silva Tavares, ex-militante católico, professor de Filosofia aposentado da UFMG e membro fundador da SEAF, ajuda a compreender exatamente quais as estratégias arquitetadas e o público visado pelos religiosos no momento do recrutamento de seus militantes. Considerados os mais “espertos”, esses estudantes de colégios públicos de elite de Belo Horizonte eram freqüentemente confrontados com a situação social em que viviam, o que era considerado pela Igreja Católica algo passível de promover a interação e trazer esses jovens para o movimento.

[...] eram pequenos núcleos [...] pegavam os que eram mais espertos e faziam assédio, até fugar. Eles (os religiosos dominicanos) eram mais fortes nas escolas leigas e municipais e estaduais. Era aí que eles tinham os grupos mais fervorosos [...] Eles diziam, “o pessoal está passando fome, vocês estão fazendo o que para mudar isso?” chegavam assim e a gente queria interagir. Você sabe que o jovem é muito altruísta [...] Nós éramos muito jovens [...] era uma maneira de canalizar [...] e tinha a distribuição de riquezas”. (Entrevista com Hugo César Tavares, realizada em 2004, cf. Ferreira, 2007, p. 77).

Além de Hugo César da Silva Tavares, também cursaram os Colégios Estadual e Marconi, em Belo Horizonte, e militaram juntos na JEC, os filósofos José Walter Evangelista, Guido Antônio de Almeida e José de Anchieta Corrêa, todos envolvidos, posteriormente, na fundação da SEAF e da ANPOF e nas discussões sobre os métodos e as regras de transmissão do conhecimento filosófico nos programas de pós-graduação no Brasil. Quando realizaram estudos de Filosofia na Universidade Federal de Minas Gerais, todos os quatro participaram também da JUC.

A entrada nesses colégios de elite revela o peso dos indicadores sociais e culturais dos familiares desses filósofos. Como se pode observar em entrevistas, Raul Landim Filho, filho de advogado e de mãe professora de francês, e Guido de Almeida, neto de grande proprietário de fazendas e filho de funcionário do

Estado, revelaram que seus familiares não pouparam esforços para garantir-lhes uma educação escolar em espaços prestigiosos, como o semi-internato dos jesuítas no Rio de Janeiro e as escolas privadas de línguas estrangeiras.

Questionado sobre seu envolvimento com os movimentos de esquerda católica na década de 1950, Raul Landim Filho — membro fundador da ANPOF — referiu-se imediatamente ao colégio em que estudava, o semi-internato dos jesuítas, Colégio Anchieta, destinado à formação intelectual da elite católica do Rio de Janeiro, e à influência dos religiosos jesuítas, em particular do Padre Vaz, na difusão do movimento da JEC no colégio.

Eu sou de uma família católica [...] extremamente católica. Quando eu vim para o Rio, eu fui estudar no colégio Anchieta, o colégio dos jesuítas [...] era um bom colégio católico tradicional [...] Lá conheci Padre Vaz [...] através de seus escritos (artigos) publicados na revista Síntese, publicação dos jesuítas e que li por volta dos meus 16, 17 anos [...]. (Entrevista com Raul Landim Filho, realizada em 2002, cf. Ferreira, 2007, p. 87).

A entrevista concedida por Antônio Muniz de Rezende, ex-diretor dos dominicanos, assistente geral da JEC e da JUC em Minas Gerais e professor de Filosofia da Educação na Unicamp, confirma o despertar (pós-1958) do interesse da Igreja Católica pela América Latina, em razão da Revolução Cubana. Para esse dominicano que, ao lado do jesuíta Padre Vaz, era responsável pelo recrutamento de jovens nas escolas de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro, o interesse na formação de um laicato cultural e intelectualmente instruído estava atrelado à necessidade e, portanto, ao interesse da Igreja Católica em preparar um corpo pensante capaz de fazer frente aos líderes políticos e intelectuais militantes dos partidos comunista e socialista, que ganhará espaço, sobretudo, no final da década de 1950.

Assim, pode-se dizer que, tanto a seleção quanto a forma de recrutamento e a formação dos militantes nos movimentos católicos visavam a constituição de uma elite católica. Referindo-se à intenção da Igreja no recrutamento de seus militantes, José de Anchieta Corrêa, membro fundador da Ação Popular e, na década de 1970, da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF/1975), afirma:

[...] Na verdade, é um nome ruim, mas era uma elite que a Igreja estava formando. Sem dúvida. Tanto que, poucos dias depois do golpe, os jornais publicaram em primeira página: "Os meninos do poder". Eram eu, o Betinho, Raul, Hugo [...] nós todos. (Entrevista com José de Anchieta de Corrêa, realizada em 2004, cf. Ferreira, 2007, pp. 80-81).

Como se observa, o depoimento acima deixa entender que a base social dos militantes que a Igreja Católica formaria, pelo menos daqueles que se dedicariam posteriormente à Filosofia, apoiava-se em uma classe social escolarizada e detentora de um poder aquisitivo bastante elevado.

Filosofia, recrutamento e formação militante

Ao tratar de suas atuações políticas, os filósofos entrevistados referem-se ao militantismo como a incorporação de uma série de saberes em termos práticos e teóricos. Por termos práticos, compreende-se o aprendizado adquirido durante a organização de reuniões, congressos e encontros estudantis regionais e nacionais: da simples divulgação e propaganda dos encontros, passando pela escolha dos locais e pelas inscrições dos participantes até a elaboração da pauta, temas a serem discutidos. Além disso, vale salientar que a grande maioria dos encontros estudantis realizados depois de 1964 foram articulados clandestinamente, visto que eram considerados espaços de subversão ao regime da época.

O uso desse aprendizado prático na constituição de espaços de discussão filosófica no Brasil pode ser evidenciado tanto nos depoimentos coletados por Nobre e Rego, no livro *Conversas com filósofos brasileiros* (2000), quanto na pesquisa empírica na qual se baseia este artigo. É assim que, respondendo a pergunta sobre a formação da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF) na década de 1970, em plena clandestinidade, no Colégio Santa Marcelina, Hugo César da Silva Tavares, membro fundador dessa Sociedade, não hesitou em dizer que a organização das pessoas para o encontro de fundação da Associação *foi quase inconsciente [...] nós já tínhamos a experiência dos movimentos (JEC e JUC), então foi inconsciente [...] foi o Olinto (Olinto Pegoraro) que telefonou e nós falamos um com o outro, sem muito alarme.* (Entrevista com Hugo César da Silva Tavares, realizada em 2004, cf. Ferreira, 2007, p. 79).

Por outro lado, se esse *savoir-faire* de caráter mais prático aparece como essencial na criação de dispositivos institucionais que firmaram um espaço mais autônomo para a produção da Filosofia no Brasil, foram os saberes de cunho mais teórico transmitidos e socializados entre os militantes e religiosos que se constituíram como determinantes para despertar o interesse de boa parte dos filósofos entrevistados pela Filosofia. E, neste ponto, foi de extrema importância o conhecimento filosófico e cultural mobilizado por dois religiosos em particular: o jesuíta Padre Henrique de Lima Vaz e o dominicano Frei Matheus Rocha. O depoimento do líder da JUC, Herbert Souza, é claro nesse sentido, quando diz: “O padre Vaz foi nosso ideólogo, porque frei Matheus foi o inspirador [...] Frei Matheus Rocha foi fundador da JEC; enquanto o padre Henrique Vaz – leitor de Marx, Engels, Hegel, Heidegger e outros pensadores

– seria o redator da parte ideológica, teórica, filosófica, do documento fundador da AP” (Souza, 1982).

O uso da bagagem teórica utilizada por Padre Vaz e Frei Matheus, como assim eram chamados pelos militantes, funcionava como espécie de retórica de recrutamento aos movimentos católicos e como base indispensável na formação intelectual dos militantes. A declaração de José de Anchieta Corrêa, ex-presidente da SEAF, ilustra bem de que maneira os autores filosóficos eram mobilizados e transmitidos pelos assistentes da JEC e JUC.

Eu sou de Itapecerica, uma cidade muito católica. Cidade que tem três bispos e vim de uma família ultracatólica [...] vim para Minas estudar e conheci os dominicanos. Eu me encantei por aquela grande virada: saí de uma catolicidade, entre o sexto mandamento e o sétimo, a respeito da propriedade e do sexo, e de repente, caí no mundo e caí nos dominicanos, para quem cristão é sal da terra e luz do mundo. Éramos chamados para essa participação na história e política do seu tempo. Em Minas, havia um movimento sobre economia e humanismo, havia grupos de leitura sobre Emanuel Mounier, Teilhard de Chardin, etc. Nós freqüentamos toda a literatura francesa de Claudel, Sartre e outros. No último ano do ginásial, da escola pública, nós conhecemos um dominicano chamado Frei Matheus Rocha que fazia um movimento extremamente renovador de presença no mundo. Esses movimentos se davam, sobretudo, nas escolas públicas, pelas chamadas equipes de influência. E cada um de nós tinha uma equipe de influência. Então, fui cursar a universidade e escolhi estudar Filosofia porque eram claramente aquelas idéias que estávamos discutindo sobre visão do mundo, valores. O Frei Matheus sempre começava, perguntando quem é o homem? Ele lia trechos das obras de Sartre, também Dostoievski, vinha tudo. Somente depois ele falava em Jesus Cristo. (Entrevista com José de Anchieta de Corrêa, realizada em 2004, cf. Ferreira, 2007, pp. 80-81).

Assim, além da leitura das obras dos intelectuais do *renouveau* católico, como Emmanuel Mounier e Teilhard de Chardin, bem como a participação nos grupos de estudos de economia e de humanismo do dominicano Louis-Joseph Lebret, os militantes freqüentavam e discutiam periodicamente, seja com Padre Vaz, seja com Frei Matheus, os autores da tradição filosófica clássica, como, por exemplo, os textos de Platão, Descartes, Kant e Hegel.

Em recente entrevista, Paulo Arantes, filósofo aposentado da USP, comenta que a grande novidade do Pe. Vaz era sua Filosofia da história, pois “[...] à Filosofia da imanência de Marx era atribuída a noção de transcendência com as suas implicações [...] como era o caso da introdução da noção de pessoa do

intelectual católico Emmanuel Mounier” (Arantes, 2005, p. 10). A discussão dessa “Filosofia da história”, no dizer do filósofo uspiano, era regada de outras leituras filosóficas, que se tornaram decisivas para seu abandono do curso de física na USP e para a consolidação do seu interesse pela Filosofia na mesma universidade. Entre os livros que lhe foram emprestados estavam os manuscritos econômicos de Marx na edição francesa, além de livros de lógica matemática, fato que causou espanto a Arantes ao perceber “a vastidão do campo de interesse do Pe. Vaz”.

Eu fui para a direção nacional da JUC em 1963 e foi nesse momento que conheci pessoalmente o Pe. Vaz, que já era uma espécie de lenda nesse meio em que eu passei a viver. Na época, eu fazia física porque queria fazer Filosofia da Ciência, Epistemologia, na USP mesmo. Eu resolvi, portanto, me aconselhar com o Vaz, e fiz várias vezes a viagem a Nova Friburgo, onde ele dava aula, enquanto que eu morava no Rio de Janeiro (capital), que era a sede da Ação Católica. Ele me tratava como um aluno [...] Depois que lhe disse que tinha interesse pela Filosofia, ele tirou de sua biblioteca pessoal três livros [...] *As Idéias I*, do Husserl; os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* do jovem Marx, de 1944, era uma edição francesa, a *Edition Sociale* [...] ele me disse: Leia isso; é muito importante [...] e por fim, um livro de lógica matemática; o que eu não imaginava era que ele também acompanhasse isso, mas o homem acompanhava! (Arantes, 2005, p.10)

Mas não foi apenas em decorrência da leitura de autores de Filosofia, minuciosamente acompanhada pelos religiosos nos encontros semanais e quinzenais do Movimento de Juventude Católica, que boa parte dos filósofos entrevistados acabou por investir no campo filosófico. Foi graças também à relação extramovimento que mantiveram com os religiosos que a Filosofia se tornou, para muitos desses ex-militantes, uma espécie de prolongamento da militância.

Hugo César da Silva Tavares, membro fundador da SEAF, falando do seu interesse pela Filosofia, aponta, sobretudo, a oportunidade que teve de atualizar a lista bibliográfica indicada por Padre Vaz, através de inúmeras discussões com o próprio religioso durante as reuniões do movimento e das visitas frequentes à casa provincial dos jesuítas, em Belo Horizonte. Seu interesse pela Filosofia nasceu no secundário, durante o curso Científico seguido no Colégio Marconi, onde conheceu Frei Matheus e Pe. Vaz. Este último, contudo, foi essencial para a sua leitura de autores de textos filosóficos e para a escolha do curso de Filosofia.

[...] uma pessoa que influenciou muita gente foi o famoso Pe. Vaz, fundamental para minha escolha (dos estudos filosóficos) e a do Walter (José Walter Evangelista, professor de Filosofia da UFMG). Foi dentro da militância dos movimentos católicos. Ele foi fundamental. E como ele era mineiro, tínhamos muito contato aqui, embora ele morasse em Nova Friburgo. Na época, eu e Walter queríamos fazer Engenharia e eu Direito. Fomos conversar com ele (Pe. Vaz), e ele nos deu uma bibliografia. Começamos a ler e decidimos estudar Filosofia. (Entrevista com Hugo César da Silva Tavares, realizada em 2004, cf. Ferreira, 2007, p. 82).

Atitude semelhante Padre Vaz manteve com Raul Landim Filho, um dos criadores da ANPOF, da Associação Nacional de Estudos do Século XVII, da *Revista Analytica* e do recém-criado Programa de Pós-Graduação em Lógica e Ontologia na UFRJ. A orientação zelosa e constante de Pe. Vaz chegou a Raul Landim quando este ainda era adolescente, como já mencionado, cursando o ginásio do Colégio Anchieta do Rio de Janeiro, famoso como local organizado pelos jesuítas para educação das elites. Nesse Colégio, teve acesso aos artigos do Padre Vaz, como, por exemplo, “Cristianismo e consciência histórica”, publicado na revista *Síntese*, periódico da Companhia de Jesus. Posteriormente, conheceu o clérigo pessoalmente, durante seus estudos em Filosofia na Faculdade de Filosofia Nossa Senhora de Medianeira.

Ao referir-se às conversas com o Pe. Vaz, considerou-as fundamentais para o estabelecimento de “uma leitura sistemática da obra de Marx, de Santo Tomás e de alguns clássicos da Filosofia, além da leitura do livro do neotomista e jesuíta belga Joseph Maréchal, intitulado *Le point de départ de la métaphysique* (Maréchal, 1964), fio condutor de seus estudos filosóficos. Ele não se priva, ainda, de mencionar a forma de sua participação na JUC e na AP, movimento político de esquerda de inspiração cristã.

Eu participei da elaboração do longo manifesto, conhecido como manifesto da PUC-RJ, quando Aldo Arantes (jucista) era o Presidente do Diretório Central dos Estudantes. Mostrei esse manifesto ao padre Vaz, que sugeriu algumas modificações imediatamente incorporadas ao texto [...] Como as idéias do manifesto exprimiam concepções não estritamente tomistas do homem, da história e da sociedade, o que não era tomista nem conservador só poderia ser marxista, segundo o raciocínio simplista. Esse manifesto esteve na origem da fundação da AP e serviu de base para um manifesto posterior que marca propriamente a fundação da AP [...]. (Nobre; Rego, 2000, p.255).

A militância de Raul Landim Filho não se resumiu apenas à redação desse documento³ que, segundo Paulo Arantes, diretor nacional da JUC, era um texto de fundamentação da educação de base redigido em alta linguagem filosófica (Arantes, 2005, p. 10). A militância estendeu-se também a consultas semanais, “uma espécie de consultoria filosófica e ideológica” que Raul Landim, a conselho de Pe.Vaz, fazia ao pessoal que estava envolvido com o Movimento de Educação de Base⁴.

Paulo Arantes, ao lembrar-se dos encontros com Padre Vaz em Nova Friburgo, refere-se a Raul Landim como o “discípulo-filósofo, profissional, dileto de Padre Vaz”:

Ele (Pe. Vaz) me fez freqüentar um discípulo dele, esse, sim, um discípulo filósofo [...] que eu conheci no Rio de Janeiro e que estava mergulhado na Suma teológica, a conselho do Vaz. Foi curioso porque, naquele momento, ele estava fichando a Suma teológica [...] Imaginem [...] fichar a Suma teológica (Arantes, 2005, p. 10).

Continuar investindo na Filosofia dependeu, no entanto, da oportunidade de realizar um doutorado em Filosofia no exterior, porque, como ressaltam os próprios entrevistados, a circulação em centros europeus favoreceu, além de uma formação “sólida em Filosofia”, o acúmulo de novos saberes e a reinvenção de novas formas de filosofar.

Aqui, mais uma vez, a passagem pela militância política configura-se como crucial em termos de aquisição social, pois foi graças aos contatos e aos conhecimentos feitos com os religiosos e os militantes nos movimentos de juventude católica que boa parte dos entrevistados acabou por realizar estudos doutorais em Filosofia em centros internacionais na Europa, em particular, na Universidade Católica de Louvain, na Bélgica.

Militância política e formação acadêmica no exterior

A passagem pelo campo internacional, de boa parte dos filósofos responsáveis pela criação dos espaços de debates filosóficos, além de contar com as redes institucionais ligadas diretamente com as ordens religiosas nas quais estavam

3. Segundo o próprio Paulo Eduardo Arantes, diretor nacional da JUC em 1963, esse texto passou a ser considerado uma espécie de documento, de texto-base, para a militância católica de esquerda, que se considerava socialista naquele momento. Ver (Arantes, 2005, p. 9).

4. Movimento ligado à alta hierarquia católica (CNBB) e ao Ministério da Educação durante o governo João Goulart e que procurava politizar, especialmente, a população do campo.

envolvidos durante o trabalho político com os movimentos de juventude, também esteve atrelada às redes de relações sociais estabelecidas durante a permanência nos movimentos católicos que tinham como destino principal a Universidade Católica de Louvain (UCL). Essas redes, criadas antes mesmo da instauração da ditadura militar no Brasil, acabaram por transformar-se na principal via de acesso, aos estudos doutorais no estrangeiro, para os ex-militantes católicos perseguidos e exilados do país, sobretudo após o AI-5, em 1968.

Ao contrário das redes vinculadas às ordens religiosas, como as ordens dos dominicanos e dos jesuítas, nas quais a escolha e toda a tramitação da circulação dos religiosos, envolvidos ou não nos movimentos políticos, eram de inteira responsabilidade da instituição (do financiamento até o lugar de moradia, passando pela escolha do curso e da universidade), a rede que levou boa parte dos militantes católicos a Louvain (Bélgica) não estava atrelada a uma ordem religiosa em particular. A passagem pela Université Catholique de Louvain (UCL) esteve ligada à formação do episcopado latino americano, bem como do seu laicato, como observam Beozzo, em seus estudos sobre a Igreja no Brasil (1996), e Antônio Muniz de Rezende, dominicano e assistente intelectual da JUC de Padre Vaz. Segundo Beozzo, parte desse interesse esteve relacionada à preocupação da Igreja com a propagação dos ideais da Revolução Cubana⁵. Entre as instâncias que estavam ligadas a essa rede temos: a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), criada em 1952; o Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), em 1958; e os movimentos católicos da Juventude (JEC e JUC), criados no final da década de 1930, no Brasil.

Servindo de abrigo político para ex-militantes de esquerda católica, dando-lhes oportunidade de realizar estudos de pós-graduação em Filosofia e em outras áreas das ciências humanas, a Universidade Católica de Louvain sempre contou com a ajuda privada e pública para a manutenção de bolsas de estudos. A ajuda concedida pela UCL, sobretudo a partir de 1962, aos filósofos ex-militantes, foi iniciativa de um casal de militantes católicos, senhor e senhora Morren-Speth, fundadores, em 1947, do Mouvement International des Intellectuels Catholiques (MIIC), e contou praticamente com toda a fortuna pessoal do casal. O que chama atenção, no entanto, é o tipo de exigência de-

5. Em 1960, como resultado dos preparativos do Concílio Vaticano II, a Igreja lançou um programa de apoio, sem paralelo na história, para qualificar o clero e, em menor medida, o laicato da América Latina, nas universidades européias. O programa foi lançado primeiramente em Roma, depois na Bélgica (Universidade Católica de Louvain) e na França (Institut Catholique de Paris e Centre Economie e Humanisme, fundado pelo Pe. Lebret). Dois anos depois, o Colégio Pró-América Latina de Louvain passou a oferecer um curso de treinamento para candidatos leigos e religiosos interessados nas pastorais a serem criadas em países do Cone Sul. O curso compreendia o ensino de português e espanhol, além de disciplinas sobre cultura, economia e pastoral. Ver Beozzo, 1996, pp. 17-36.

mandada para a concessão de bolsas, conforme afirma Guy Bajoit, secretário do serviço de estudantes estrangeiros da Universidade. Segundo o secretário, a descrição do itinerário dos candidatos era indispensável para a obtenção da bolsa: “*Les étudiants devaient prouver qu’ils étaient des bons catholiques, qu’ils avaient fait de bonnes choses en tant que catholiques*” (Entrevista com Guy Bajoit, realizada em 2005, cf. Ferreira, 2007, p. 99). Guy Bajoit ressalta, ainda, o fato de o Brasil, em 1967, ser considerado país prioritário no recebimento de bolsas de estudos⁶.

Antônio Muniz de Rezende, um dos criadores do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Educação na Unicamp, realizou seus estudos na Universidade de Louvain, graças a esse tipo de bolsa de estudo.

Nós estávamos em efervescência em Belo Horizonte e eu acabei sendo indiciado e tive que viajar. Bom, José de Anchieta estava em Louvain. Eu escrevi a ele porque sabia que Louvain nesse momento estava muito receptiva, muito acolhedora para os brasileiros que tinham dificuldades de ordem política aqui no Brasil. Na verdade, havia um acordo entre as instâncias eclesiásticas. Então, eu, por exemplo, de início obtive uma bolsa pela CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil). Viajei para Louvain com o apoio dessa instituição religiosa. Lá, obtive uma bolsa da própria universidade. Essa bolsa eu consegui com Mme Morren. Ela fornecia bolsas de estudos. Era um casal muito rico e que nunca teve filhos. Eles eram envolvidos com as atividades sociais da Universidade. Então eles davam bolsas para estudantes estrangeiros. (Entrevista com Antônio Muniz de Rezende, realizada em 2003, cf. Ferreira, 2007, p. 99).

6. No que concerne ao aumento de estudantes do Brasil em Louvain, foi possível localizar, por meio de uma lista concedida pela secretaria geral da universidade, 455 estudantes brasileiros para o período de 1960 a 1980. Esses dados, no entanto, não permitem elaborar uma evolução da quantidade de estudantes em todos os anos letivos. Por isso, trabalhou-se com dados dispersos encontrados graças a uma pesquisa nos arquivos e anuários da universidade Católica de Louvain. A partir das informações disponíveis, observa-se que, no ano letivo de 1958-59, apenas 5 estudantes brasileiros estavam na UCL, dentre eles, 3 religiosos. No ano letivo seguinte, 1959-1960, esse número passou para 8, dentre os quais, 5 religiosos. No ano letivo 1962-63, observou-se um aumento considerável: 22 estudantes e, no ano seguinte, 25 (apenas 3 religiosos). A consulta aos arquivos da universidade, em particular aos dados fornecidos nos anuários da CIEE, associação que promovia prestação de serviços aos estudantes (moradia, seguro saúde, restaurante universitário), além de atividades culturais (bailes, cinemas, seminários e conferências), aponta os anos letivos de 1967-68 e 1969-70 como os mais significativos, porque dos 455 estudantes brasileiros, pelo menos 230 chegaram à Universidade nesse período, considerada a época de maior repressão política no Brasil. Todos esses dados foram coletados por meio de uma pesquisa empírica realizada nos arquivos da Universidade Católica de Louvain, em maio de 2005.

O mesmo modo de acesso ao internacional — ao Instituto Superior de Filosofia, na Universidade Católica de Louvain, onde realizou sua tese de doutorado — foi utilizado por José de Anchieta Corrêa, ex-presidente da SEAF. O filósofo entrou nos movimentos católicos de esquerda quando fazia seus estudos secundários no Colégio Estadual de Belo Horizonte, fortemente influenciado por Frei Matheus Rocha. Após o dismantelamento da JUC e da AP, tendo participado da fundação desta última, ele foi condenado e ficou preso durante quase um ano até conseguir exilar-se na Bélgica e estudar na Universidade Católica de Louvain (UCL), em 1966. Contou, para tanto, com a ajuda de uma bolsa de estudos da própria instituição da UCL, cedida graças aos religiosos envolvidos no trabalho de militância política.

Eu tinha sido preso e condenado por dez anos, cinco anos por ter fundado a AP e cinco por corrupção à juventude. Fiquei preso com presos comuns quase um ano. Depois consegui um habeas corpus. Minha sogra tinha relação com políticos. Fui para o Rio tentar me exilar [...] fui com uma carta para entregar ao Alceu Amoroso Lima. Ao mesmo tempo, eu já tinha escrito para Louvain. Informe-me tudo o que podia para provar que realmente eu precisava da bolsa [...] eu já estava desesperado quando finalmente saiu a bolsa pra Louvain. Eu fui com minha mulher e meus dois filhos. (Entrevista com José de Anchieta Corrêa, realizada em 2004, cf. Ferreira, 2007, p. 92).

Considerações finais

A passagem por essas instituições no exterior bem como pela militância política com os religiosos dominicanos e jesuítas, resultou numa série de transformações para a própria disciplina: 1) a criação de espaços de discussões de Filosofia e de reconhecimento e garantia social para os praticantes da disciplina no sistema universitário do país (SEAF e ANPOF); 2) a criação de espaços de difusão do conhecimento e a formação de um público específico (revistas especializadas em Filosofia; 3) a constituição de um corpo de professores especializados, produtores e transmissores de novas formas de filosofar.

Assim, embora o aparecimento desses dispositivos esteja relacionado, como dito anteriormente, ao financiamento em pesquisa, derivado da reforma universitária de 1968, e à abertura política dos anos 1980, a reconversão dos saberes apreendidos com o militantismo católico, com a formação oferecida e praticada nos núcleos de assistência intelectual da JEC e JUC, foi indispensável no processo de institucionalização da Filosofia no Brasil. Como visto ao longo do artigo, a ação dos filósofos ex-militantes católicos nesse processo deu-

se em função da gestão da cultura familiar que possibilitou uma escolarização em colégios e universidades de prestígio marcada pela presença de líderes dos movimentos de juventude católica. A oportunidade de estudar e participar desses movimentos no Brasil, com o respaldo do jesuíta Padre Vaz e do dominicano Frei Matheus, além da oportunidade de circulação por instituições de ensino no exterior, permitiu, por exemplo, ultrapassar o treinamento fornecido pela repetição das 100 teses tomistas em latim, presente, sobretudo, na formação nos colégios católicos; e estabelecer novos lugares e formas de filosofar.

Nesse sentido, como se pode observar, a relação entre militância política, em particular, a militância católica e a Filosofia no Brasil, longe de ser uma relação direta e simples, apesar de freqüente, como aponta Ricardo Musse (2001), esteve atravessada por uma série de modos de socialização — estudos filosóficos, redação e discussões intelectuais, organização de grupos e reuniões, freqüência às bibliotecas, além da elaboração de teses e dissertações de mestrado em centros renomados em Filosofia — sem os quais dificilmente poderia ser travada alguma forma de vínculo entre Filosofia e militância. A freqüência e o aprendizado com esses saberes podem ser considerados, portanto, como uma chave importante para entender de que forma a militância política em movimentos de juventude católica pôde ser reconvertida em recursos sociais diferenciadores na constituição do campo filosófico brasileiro.

Referências bibliográficas

ARANTES, P. E. *O fio da meada*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ARANTES, P. E. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1994.

ARANTES, P. E. Um depoimento sobre Pe. Vaz. *Síntese*, n. 102, 2005. pp. 9-12.

BAJOIT, Guy. *Les bourses de la coopération au développement. Portrait d'un couple: Hélène et Lucien Morren-Speth*. Bélgica: Universidade Católica de Louvain, 2002.

BEOZZO, Oscar. *A igreja no Brasil, de João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FERREIRA, Daniela Maria. *Entre le national et l'internacional: le champ de la philosophie au Brésil*. 2001. 190p. Diplôme d'Etudes Approfondies. Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris.

FERREIRA, Daniela Maria. *Conversão e reconversão: a circulação internacional dos filósofos de origem católica*. 2007. 197p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas.

FILHO, Raul Ferreira Landim. Notas sobre o conceito de pesquisa em Filosofia. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, CLE/Unicamp, n. 5, p. 129, 1983. FILHO, Raul Ferreira Landim. Pe. Henrique Vaz, um filósofo cristão. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-17, 2002.

NOBRE, Marcos; REGO, José Marcio. *Conversas com filósofos brasileiros* São Paulo: Editora 34, 2000.

NOBRE, Marcos; REGO, José Marcio. A Filosofia da USP sob a ditadura militar. *Novos Estudos* — Cêbrap, São Paulo, p. 137-150, 1999.

Marechal, Joseph. *Le point de départ de la métaphysique*, Paris : Desclée de Brouwer, 1964.

MUSSE, Ricardo. Da militância política à Filosofia: um panorama da Filosofia brasileira. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2001. Jornal de Resenha.

PAIM, Antônio. *O ensino da Filosofia posterior à criação do Curso Superior de Filosofia, no Brasil desde a Colônia*. O ensino de Filosofia desde a colônia (apostila de curso), Rio de Janeiro, s.d., p. 208. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1367.pdf>>, 1984. Aceso em junho de 2007.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: REIS FILHO, AARÃO, Daniel; RIDENTI, Marcelo (Org.) *História do marxismo no Brasil*. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002. p.213-282. v. 5

SOUZA, Herbert. *Cristianismo e História*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

Recebido em 31 de outubro de 2008 e aprovado em 06 de março de 2009.